CULTURAS MIDIÁTICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
ISSN 2763-9398

DA DISCURSIVIDADE E DO DISCIPLINAR: APONTAMENTOS SOBRE A NARRAÇÃO DE ALTERIDADE E O CONTROLE DO VISÍVEL NO JORNALISMO

ON DISCURSIVITY AND DISCIPLINE: NOTES ON THE NARRATION OF ALTERITY AND THE CONTROL OF THE VISIBLE IN JOURNALISM

SOBRE DISCURSIVIDAD Y DISCIPLINARIO: APUNTES SOBRE LA NARRACIÓN DE LA ALTERIDAD Y EL CONTROL DE LO VISIBLE EN EL PERIODISMO

Original recebido em: 15 de abril de 2025
Aceito para publicação em: 15 de maio de 2025
Publicado em: 24 de setembro de 2025

José Augusto Mendes Lobato

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este trabalho analisa os modos de produção da alteridade no jornalismo, sob a premissa de que este opera como dispositivo disciplinar que controla, rege e regula as representações da diferença. Defendemos, aqui, que a alteridade – duplo lógico do eu/nós, capaz de tensionar processos de identificação e pertencimento – é questão central nas narrativas de informação, estando sujeita aos padrões que configuram o ethos jornalístico. Para isso, discutimos e relacionamos os conceitos de discurso e disciplina (Foucault, 1996; 2001), as teorias sobre o acontecimento e a marcação dos fatos (Sodré, 2009) e questões de poder, linguagem e discursividade no jornalismo (Gomes, 2000; 2003; 2006; 2009). Ao fim, identificamos que a investigação das narrativas jornalísticas de alteridade deve capturar aspectos da estruturação e circulação dos discursos, a fim de evidenciar processos de tradução e marcação do outro que operam na configuração de modos de ver grupos sociais.

Palavras-chave: Diferença cultural; Discurso; Dispositivo disciplinar; Jornalismo; Narrativa de alteridade.

ABSTRACT

This work analyzes the modes of production of alterity in journalism, based on the premise that it operates as a disciplinary device that controls, governs and regulates the representations of difference. We argue that alterity – the logical double of the self, capable of tensioning processes of identification and belonging – is a central issue in information narratives and is subject to the standards that configure the journalistic ethos. We discuss and relate the concepts of discourse and discipline (Foucault, 1996; 2001), theories on the event and the marking of facts (Sodré, 2009) and issues of power, language and discursivity in journalism (Gomes, 2000; 2003; 2006; 2009). Finally, we identified that the investigation of journalistic narratives of alterity must capture aspects of the structuring and circulation of discourses, in order to highlight processes of translation and marking of the other that operate in the configuration of ways of seeing social groups..

Keywords: Cultural difference; Disciplinary device; Discourse; Journalism; Narrative of alterity.

RESUMEN

Este trabajo analiza los modos de producción de la alteridad en el periodismo, bajo la premisa de que ésta opera como un dispositivo disciplinario que controla, gobierna y regula representaciones de la diferencia. Sostenemos aquí que la alteridad – el doble lógico del yo/nosotros, capaz de tensionar los procesos de identificación y pertenencia – es una cuestión central en las narrativas informativas, sujeta a los estándares que configuran el ethos periodístico. Discutimos y relacionamos los conceptos de discurso y disciplina (Foucault, 1996; 2001), el acontecimiento y la marcación de los hechos (Sodré, 2009) y cuestiones de poder, lenguaje y discursividad en el periodismo (Gomes, 2000; 2003; 2006; 2009). Identificamos que la investigación de narrativas periodísticas de alteridad debe capturar aspectos de la estructuración y circulación de los discursos, resaltando procesos de traducción y marcación del otro que operan en la configuración de las formas de ver los grupos sociales.

Palavras-chave: Diferencia cultural; Discurso; Dispositivo disciplinario; Narrativa de alteridad; Periodismo.

1. INTRODUÇÃO

O caráter pervasivo e a influência das narrativas jornalísticas sobre a configuração de nossa experiência de mundo são objeto consagrado de pesquisa nas ciências da linguagem. Sob diferentes visadas, as contribuições teóricas que os estudos sobre a representação, a narrativa, os fatos sociais e o discurso trouxeram à teoria do jornalismo são visíveis na produção brasileira (Gomes, 2000; 2003; 2009, Sodré, 2009, Sponholz, 2009, Benedeti, 2009, Coutinho, 2012, Silva, 2011, Faro, 2013) que aborda o campo. Nesses e em outros inscritos, identificamos uma recorrência: a aproximação entre o jornalismo e um certo processo organizativo, de controle, domínio e modulação, do mundo; processo esse que, a despeito de suas incidências sobre o *socius* e seus impactos sociais, pode ser examinado, também, tendo o sujeito, a identidade e a subjetivação como questões de foco.

É precisamente em torno deste binômio – o sujeito e suas noções de eu/nós e outro(s)/o jornalismo como espaço de construção de identidades e alteridades – que este texto busca transitar. Para isso, considera-se, a rigor, que o exame da narrativa jornalística deve considerar questões mais amplas, inerentes aos fenômenos da linguagem, que antecedem e ultrapassam as características deontológicas do campo; e que a capacidade de instituir realidade, dar forma aos objetos do mundo sensível, organizar a experiência e promover visibilidade sobre assuntos de interesse público são operações que o jornalismo assume, em termos de autoridade, por ter se estruturado como discurso disciplinar sobre o mundo (Gomes, 2009), com base em relatos autoconfirmativos, palavras de ordem e uma ligação com a cultura de vigilância. É no jornalismo, em suma, que entendemos que o visível e o vivível tomam forma em nosso

cotidiano (Gomes, 2003), sendo sistema de representação (Hall, 2016) sujeito a incontáveis constrições, interferências e incidências de relações institucionais e de poder. Nas palavras de Gomes (2003, p. 103), "onde quer que haja discurso há palavras de ordem, a disciplina e o controle com que ele alimenta, e dos quais se alimenta. Por todo esse espaço, a todo tempo, enuncia-se o visível e, portanto, o vivível".

Em específico, ingressamos neste importante e já consolidado campo de debates buscando trazer contribuições a partir de uma ótica que nos move em trajetos atuais de pesquisa: a questão do outro e o esforço de analisar suas estratégias de figuração. Se, por um lado, o jornalismo é "cimento homogeneizador da vida coletiva" (Benedeti, 2009, p. 23), afirmamos aqui que ele também é *locus* da diferença; é, também, espaço de materialização da *narrativa de alteridade* – conceito por nós desenvolvido a fim de evidenciar como, em complemento à narrativa nacional discutida nos estudos culturais, as representações sociais mobilizadas na enunciação também servem para tornar o outro conflito ou intriga, elaborar os espaços fronteiriços, demarcar a diferença e em última análise operar no controle do visível. Consideramos este aspecto crucial no exame da midiatização de costumes, estilos de vida, modos de existência e políticas de identidade na contemporaneidade e, a rigor, não o vemos devidamente tratado nos escritos sobre o jornalismo – ou ao menos não com a mesma importância de outros vieses de estudo, como as técnicas de captação e produção da narrativa, a dimensão ética da prática profissional e a análise de discurso aplicada a vestígios materiais do jornalismo brasileiro.

Cabe destacar que, em trajetos anteriores, analisamos as estratégias de representação da alteridade em pesquisa centrada no audiovisual – em específico, na grande reportagem jornalística e na ficção seriada (Lobato, 2017). Não é nosso interesse refazer tais trajetos; buscaremos, em verdade, refletir nas próximas páginas sobre a discursividade inerente ao ato de narrar fatos e entender tais implicações no campo das narrativas sobre o outro que comumente povoam a produção jornalística, entendendo estas como *disciplinares e indutoras do visível e vivível da alteridade*. Para isso, traçamos neste texto um percurso que irá dos debates sobre o discurso, a discursividade e as questões da produção de sentido na linguagem até os fundamentos teóricos do campo de saber do jornalismo, atravessando a questão das identidades e suas fraturas e cisões do contemporâneo. Nosso raciocínio, assim, busca atestar que a alteridade é central na configuração do jornalismo como dispositivo disciplinar, operando diretamente na demarcação do que nos é acessível na experiência de mundo e, em última análise, na construção social da realidade que ocorre no seio das narrativas de informação.

2. EU, NÓS E OUTRO(S): LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO E DISCURSOS SOBRE A ALTERIDADE

As asserções sobre sujeito e linguagem alimentam, desde a teoria aristotélica da mimese até a Virada Linguística, a ideia de que nossa existência e consciência são tributárias tanto da materialidade dos objetos com os quais nos relacionamos quanto das construções que, a partir destes, erguemos. Desde a conceituação do imitar como algo inato ao indivíduo, que nos produz prazer pela experiência de contemplar o já conhecido e o novo – e distinguir seus elementos compositivos –, Aristóteles (1996) ressalta que esta operação, posteriormente designada como representação, é parte de nossa mente apta a criar, e não apenas produzir cópias de segunda ordem. Tal visada influencia, até hoje, achados nos estudos da linguagem, na filosofia, na sociologia e nas teorias de comunicação e mídia.

Em seu estudo sobre a codificação do/no mundo, Vilém Flusser (2007) indica que imagem e conceito são, antes da emergência das tecnologias de registro, formulações psíquicas decorrentes de uma necessidade de mediação: o homem "criou um mundo de imagens que fizessem a mediação entre ele e o mundo dos fatos, com os quais estavas perdendo contato à medida que retrocedia para observá-los" (Flusser, 2007, p. 121). Este retroceder ao qual alude o autor é o processo de *abstração*: a operação de inscrever algo da experiência sensível em processos conceituais que nos levam ao simbólico. Dialeticamente, o movimento de erguer artefatos de linguagem é algo que auxilia na explicação do mundo e, ao mesmo tempo, nos opõe à experiência direta, demarcando o visível. Em analogia tão simples quanto significativa, diz-nos o autor: "as fotografias e a explicação são mediações entre mim e a pedra; elas se colocam entre nós, e me apresentam à pedra. Mas posso também ir diretamente de encontro à pedra e tropeçar nela" (Flusser, 2007, p. 111).

Tomamos as reflexões de Flusser aqui como ponto de partida para discutir de que modo o sujeito se posiciona e é efetivamente construído a partir desse esforço de pensar e criar, materializado na linguagem. Entendemos que este processo não apenas constitui a cultura humana, mas também ergue afirmações que sustentam sensos de identidade e pertencimento – e, consequentemente, este é também o local da cisão, da oposição e da produção da alteridade, base de todo o fato social e da comunicação.

Freitas observa, nesse sentido, que "o simbólico define o lugar da identidade do sujeito" (Freitas, 1992, p. 72), em uma operação que é marcada por restrições, controles, delimitações e marcações que relacionam sujeitos sociais, o mundo circundante e seus fenômenos e objetos.

A autora indica ser, assim, inevitável nos depararmos com a alteridade – instância na qual se separam a similaridade e a diferença, circunscritas simbolicamente em artefatos da cultura e, na condição de forças opositivas, logicamente amalgamadas. Em suas palavras:

> Ser na linguagem é significar ser um significante para outro significante. A entrada na linguagem consiste, assim, em relações transformadoras que fazem do indivíduo um significante na linguagem, um significante para outro significante, e, só por este meio, representando um sujeito para outro significante. A realização do sujeito é marcada, deste modo, por sua dependência significante à linguagem, ao lugar do Outro (Freitas, 1992, p. 54).

O que a autora denomina, à luz da psicanálise, como "operação de identidade" constitui uma preocupação central para nossa reflexão sobre a alteridade e a linguagem. Este seria o procedimento de constituir determinados símbolos ou representações que aludem a uma origem ou a uma estabilidade comum. Ela se complementa "com a operação de alteridade, reverso daquela, reciprocidade essencial do simbólico". Assim, diz, "o primado do significante não significa o primado de uma origem, mas a inscrição reiterada de uma identidade cuja origem falta porque ele se situa no lugar da alteridade, do Outro" (Freitas, 1992, p. 72).

Desse modo, a linguagem adquire papel constitutivo do sujeito e da subjetividade por trabalhar no binômio evocação-reconhecimento. Se, "pelo reconhecimento, a linguagem liga os sujeitos ao pacto que os transforma e é assim que os estabelece como sujeitos", é preciso ressaltar que o processo de instauração do sujeito envolve a dimensão do "reconhecido na evocação, porque não é aquilo que se diz o que se conta, mas sim o que não se diz, ou seja, aquilo que a Linguagem evoca: os objetos perdidos, a falta instaurada e que se busca no Outro" (Freitas, 1992, p. 83).

Ora, a ideia da identidade como lugar de reconhecimento – e da alteridade como algo que institui a falta e nos move – não é restrita à psicanálise. Em registro distinto, Serge Moscovici (2003) discute as representações sociais como, essencialmente, construções que se revertem em discursos cuja busca é a redução de não familiaridade. Nas palavras do autor, "a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável" (Moscovici, 2003, p. 56); é por isso que buscamos, por meio dos consensos e determinações prescritivas contidos na representação social, estabelecer marcos conceituais básicos, que controlem a repulsa inicial à alteridade. Afinal, "quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que 'não é exatamente' como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida" (Moscovici, 2003, p. 56).

Em "Representações sociais: investigações em psicologia social", Moscovici desenvolve o conceito e detalha três operações (*ancoragem*, *objetivação* e *rotinização*) que correspondem aos processos de referenciamento, restituição material e fixação social de determinados conceitos sobre o mundo e seus objetos, sujeitos e fenômenos. As três contribuem para nos fazer pensar que os atos de enunciação e fala – e o discurso, que "cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes" (Moscovici, 2003, p. 51) – são essencialmente esforços cognitivos para reduzir o estranhamento e construir universos consensuais. Nas palavras do autor, "a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade" (Moscovici, 2003, p. 54).

Em suma, podemos afirmar que representações inscritas nos artefatos de linguagem fazem parte do movimento contínuo de assimilar a realidade, dar-lhe forma e constituir o sujeito que nela se move. Ao fazê-lo, as operações de construção do familiar resultam na demarcação da alteridade, condição lógica para a subjetivação. Aqui, chegamos à asserção de que, de fato, como afirma Freitas (1992, p. 122), "o laço social (…) delineia-se como a possível direção em que recolocar o problema da comunicação". Poderíamos, inclusive, complementar: para nós, a *fundação da alteridade, decorrente das operações que firmam o laço social, é o problema central da comunicação*.

No registro dos estudos culturais e da teoria pós-colonial, que reverberam discussões sobre a modernidade avançada, contextos geopolíticos e a cultura midiática, preocupação semelhante emerge a partir do trabalho de autores como Hall (2001; 2016) e Bhabha (1998). No primeiro, conceitos como o de narrativa da nação – definida como conjunto de "estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas" (Hall, 2001, p. 49) – são vistos como poderosos instrumentos de formular comunidades imaginadas e reforçar sensos de partilha, pertença e identidade. Para o autor, a identidade não é uma construção coesa e estável, mas uma formulação simbólica que está sempre sujeita às dinâmicas da representação. Essa é, em si, a condição atual do sujeito, exposto a um processo apurado de descentramento; somos "confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente" (Hall, 2001, p. 13).

Essa concepção da nação como escritura é explorada em maior detalhe por Bhabha (1998), para quem a formulação de discursos sobre povos e comunidades é permanentemente posta em xeque; o lugar da escrita do eu/nós (da identificação) é, por lógica, o ponto de partida

de rupturas ou cisões nas identidades, que ocorrem em função de um descompasso entre o tempo da tradição e o tempo da mudança, da ruptura e da tradução, sob interferência ainda das relações de domínio e controle simbólicos exercidos nos processos pós-coloniais. Nesse movimento dialético, o eu/nós é ameaçado pelo Outro que emerge não apenas fora das fronteiras simbólicas, mas também dentro do território da comunidade. Para Bhabha (1998, p. 64), "o processo enunciativo introduz uma quebra no presente performativo da identificação cultural". Em suas palavras:

> Os fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana devem se repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (Bhabha, 1998, p. 207).

Por fim, é necessário explorarmos, com Bhabha (1998, p. 211), a ideia de que o que emerge das fraturas identitárias de um povo é "contra-narrativa", instrumento que perturba "aquelas manobras ideológicas através das quais 'comunidades imaginadas' recebem identidades essencialistas". E que o próprio ato de constituir a diferença cultural, a alteridade, é um processo incompleto, sempre aberto à tradução, ora em função do outro que emerge do familiar, ora em função da diferença externa que se apresenta e nos confronta. Na tradução, argumenta Bhabha, alternam-se o estranhamento e estratégias de compreensão à luz dos traços diferenciais. Trata-se de um movimento também dialético, que reforça a importância do binômio identidade-alteridade. "No ato da tradução, o conteúdo 'dado' se torna estranho e estranhado, e isso, por sua vez, deixa a linguagem da tradução, Aufgabe, sempre em confronto com seu duplo, o intraduzível – estranho e estrangeiro" (Bhabha, 1998, p. 230-231).

Se, de um lado, o estranhamento integra as operações às quais devemos estar atentos na análise da narração da alteridade nas mídias, de outro, a busca pela identificação é também parte do movimento de ler o mundo. Gomes (2008) afirma que as identificações nascem do "duplo movimento que é o da presença e da ausência, da identidade e da alteridade" (Gomes, 2008, p. 79) e visam ao laço social. Nesse movimento, diz ela, há implicações para além da sensação de pertencimento – e "a mais forte e poderosa talvez seja o oferecimento de discursos prontos que são assumidos como legitimadores" (Gomes, 2008, p. 77-78).

Aqui, o raciocínio de Gomes nos convida a problematizar os efeitos da identificação sobre a circulação de discursos e representações, sobre as intencionalidades e os desejos mobilizados. Ao caminhar junto da formulação das identidades, as identificações são lugar de

conforto, consenso e rotinização – e, por conseguinte, de *disciplinarização*, *vigilância* e *controle*. É precisamente em direção a termos como sustentação, restrição e em última análise saber/ver/poder que propomos nos mover, a seguir, debatendo como os processos de representar identidades e alteridades se relacionam à discursividade e aos mecanismos disciplinares da sociedade contemporânea, tendo o jornalismo, dentre todos os narrares socialmente legitimados, lugar de destaque.

3. DISCURSO, DISCURSIVIDADE E PODER DISCIPLINAR NO JORNALISMO

A vasta literatura existente sobre o campo do jornalismo tende a direcionar esforços em duas direções de análise, nem sempre relacionadas e muitas vezes contraditórias em métodos e achados. De um lado, está o entendimento seus preceitos éticos e deontológicos e seus compromissos fundamentais, legitimadores da autoridade profissional sustentada pelo projeto da Modernidade; de outro, a preocupação com os exercícios de saber-poder, as operações discursivas e os impactos mais amplos da visada jornalística sobre a configuração dos acontecimentos, dos fatos sociais e da percepção de mundo. Embora nos dediquemos explicitamente ao segundo eixo, acreditamos ser necessário resgatar questões do primeiro que incidem sobre nosso objeto de análise – a figuração da alteridade no jornalismo e sua natureza discursiva e disciplinar. São elas: os compromissos sociais da profissão; as asserções legitimadas sobre as técnicas diferenciais de captação do real; e a *mitologia da transparência*, discutidas a fundo por Sodré (2009).

De partida, reconhece-se que, sob a égide do antropocentrismo e do ideário da liberdade de expressão vigentes na Era Moderna, a narrativa jornalística e os profissionais que a operam se fixam no *socius* com um compromisso claro de "informar o público sobre as questões atuais de interesse público" e "servir como fórum (espaço aberto) para o debate público" (Benedeti, 2009, p. 23). Para isso, algumas noções, como as de objetividade, valor-notícia e interesse público, são esquemas conceituais que reafirmam certa transparência de linguagem e propósito como inerentes à narração dos fatos, disciplinando o trabalho de repórteres e o olhar de consumidores de informação.

Sobre esse aspecto, Sodré (2009) faz um resgate das raízes iluministas que regem o ethos e o lugar social do jornalismo. Para o autor, certa "mitologia de transparência" é inevitável diante das condições de emergência da profissão, o que explica o anacrônico apagamento de premissas básicas da linguagem, da representação e do discurso no entendimento do jornalismo. Em resposta a este dilema – um narrar que por princípio é opaco ser assumido como

transparente, a fim de reafirmar as bases éticas e os pressupostos que o regem –, o autor afirma que "a busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo" (Sodré, 2009, p. 13).

> Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade (Sodré, 2009, p. 12).

Identificando, nos discursos sobre a profissão, os traços que regem os fazeres do jornalista, Muniz Sodré indica como o campo, embora sem assumi-lo, caminha sobre o mesmo terreno das narrativas artesanais, repletas de "resíduos míticos": afinal, "a antiga função integradora da narrativa continua presente na comunicação do acontecimento, em geral mesclando realidade histórica com imaginário coletivo" (Sodré, 2009, p. 15), assim como em narrativas orais clássicas. A "objetividade ideológica" é o recurso mais importante do apagamento desse aspecto intersubjetivo da narrativa: é contradição lógica, inoperável, já que não há comunicação neutra, narrativa imparcial ou linguagem plenamente objetiva. Igualmente relevantes para o *ethos* jornalístico, diz o autor, são as definições de valor-notícia – os "valores que sustentam a noticiabilidade de um fato" e "a condição de possibilidade para que este venha a transformar-se em notícia" –, já que "podem variar segundo o lugar do fato, do nível de reconhecimento social das pessoas envolvidas, das circunstâncias da ocorrência, da sua importância pública e da categoria editorial do meio de comunicação" (Sodré, 2009, p. 21-22).

Aqui, Sodré se aproxima de sua tese sobre o jornalismo como produtor do acontecimento a partir da marcação de fatos; para tal, assume a natureza discursiva que cerca o campo, sendo o discurso "tanto a fala individual quanto a malha de inserção do indivíduo na complexidade relacional do *socius*, ou seja, é também realidade em construção, geradora de sentido para o que se apresenta como social e semanticamente fragmentado" (Sodré, 2009, p. 141). O autor afirma que é papel do discurso informativo construir "uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano" (Sodré, 2009, p. 87), o que faz a partir de um pretenso domínio técnico sobre a verdade do mundo e de um conjunto de técnicas que visam à remoção de qualquer subjetividade da operação narrativo-discursiva. Entretanto, precisamos reconhecer que, como sinaliza Sponholz (2009) ao obedecer "às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral", o jornalismo é incapaz de "espelhar a realidade, porque este processo é sempre perspectivo, eletivo e construtivo" (Sponholz, 2009, p. 105). A este respeito, Sodré

sinaliza que a função jornalística essencial não é a especularidade do relato, mas a marcação dos fatos e estruturação dos acontecimentos, com tudo o que há de intersubjetivo nesta relação:

> A ocorrência, o acontecimento, implica uma passagem, uma transformação no estado de uma coisa ou de uma pessoa. (...) O fato genérico é uma forma de ser relativa a objetos e fenômenos, enquanto o fato social é uma forma de ser relativa à existência humana, logo, atinente ao que se dispõe ao estar-junto-com-o-outro (Sodré, 2009, p. 29).

O pensamento de Sodré nos conduz ao território do segundo eixo de teorias sobre o jornalismo. A razão de ser dessa visada é precisamente pôr em crise as especificidades deontológicas do campo ao reconhecê-las como essencialmente ideológicas, frágeis quando contrastadas à natureza dos atos e artefatos da linguagem. Propõe-se, aqui, atribuir ao jornalismo a condição que lhe é inevitável e enxergar suas incidências no narrar de alteridade. *Sua condição disciplinar e sua operação marcada pela discursividade*.

Ancorados no trabalho de Mayra Rodrigues Gomes (2000; 2003; 2006; 2009), pesquisadora que enfaticamente trouxe à luz e debateu as relações entre jornalismo, discurso e poder disciplinar, acreditamos que, ao instrumentalizar a linguagem e pô-la a serviço de uma narrativa centrada na factualidade, o jornalismo tem caráter eminentemente disciplinar, no sentido de direcionar visadas e demarcar regimes de visibilidade que instituem prioridades, reincidências e leituras preferenciais.

O trabalho da autora é baseado na psicanálise de base lacaniana e na vasta obra de Michel Foucault. Deste, resgatamos uma concepção de discurso (Foucault, 1996) que, mais que versar sobre a relação texto-contexto, problematiza a própria condição discursiva, aqui denominada discursividade – cuja base está no controle, nas relações de poder e na regulação de campos de saber e conhecimento. Foucault aborda essa condição em diferentes fases de sua pesquisa: materialmente, a segregação da loucura, a hiperespecialização da prática médica e da clínica e os mecanismos de vigilância são temas diversos de seus escritos, mas que convergem em uma compreensão do exercício de poder na Modernidade, sob a visada das relações articuladas no âmbito dos discursos e do controle institucional. Vinculado às designações conceituais, aos ditos e não ditos e à própria dinâmica de produção e criação de condições para circulação de discursos, seu entendimento de poder tem conexão direta com as disciplinas e os campos profissionais que incidem nos mecanismos de controle do visível – e aqui há lugar privilegiado do jornalismo, que, ao operar no duplo visibilidade e vigilância, opera junto das mídias na disciplina do mostrar e do controlar, como analisa Gomes (2009, p. 3):

> as mídias, e não somente o jornalismo, assumem um papel crucial como disciplina e controle, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilantes. Temos que pensar visibilidade e vigilância em seu duplo papel: um em que expõem a todo o momento os conflitos, outro em que definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar, enquanto mostram, elas controlam pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe.

Devemos resgatar brevemente a concepção de Foucault sobre o discurso e os dispositivos disciplinares. Para isso, optamos por focalizar suas notações em "A ordem do discurso" (1996) e "Microfísica do poder" (2001). Na primeira obra, o autor procura entender o processo de regulação dos discursos e os situa no centro dos mecanismos de organização do conhecimento, controle e domesticação dos sujeitos e grupos sociais. Para ele, "a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (Foucault, 1996, p. 8-9). Ou seja, na mesma medida em que o discurso controla o corpo social, deve-se entender que há condições que regem sua possibilidade de surgimento e orientam sua forma de produção, circulação e assimilação pelos sujeitos, sendo ele *disciplinar* e *controlado* a um só tempo. Isso não significa relativizar sua força – e sua conexão com as redes de exercício do poder e do controle na Modernidade –, mas reconhecer as forças que incidem sobre sua elaboração e que, a rigor, são determinantes da discursividade.

Os "sistemas de exclusão" externos que afetam o discurso, segundo Foucault, podem ser resumidos à *palavra proibida*, à *segregação da loucura* e à *vontade de verdade*. São mecanismos que se conectam "à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo" (Foucault, 1996, p. 21), mostrando incidências de fora para dentro que controlam o que pode ou não ser dito. Como veremos, sobretudo à luz da pesquisa de Gomes (2000; 2003; 2009), a vontade de verdade, essa "maquinaria destinada a excluir" todo e qualquer questionamento sobre o que seria esta verdade, materializada no controle e na interdição, tem especial presença no jornalismo; em verdade, o campo é responsável por nos atender nesta necessidade. Justifica, inclusive, seu lugar na sociedade, seus modos de seleção/captura do mundo e critérios e a forma como exercita a produção do efeito de real e a marcação dos fatos.

Mas é em relação aos procedimentos internos que regulam o discurso que nos atemos em maior detalhe. Eles sinalizam como "os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle", evidenciam mecanismos que "funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição" (Foucault, 1996, p. 21). Dos três citados por

Foucault – o *comentário*, o *autor* e a *disciplina* –, destacamos a terceira. Foucault ressalta como a disciplina se constitui como "um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos" (Foucault, 1996, p. 30).

A disciplina não deve ser resumida somente à soma "lógica" prescritiva do que pode ser dito de verdadeiro sobre algum tópico ou coisa, tampouco do que pode ser aceito conforme regras de coerência gerais. Aqui, a crítica à Modernidade e seu projeto de racionalização do saber fica evidente em Foucault: o autor indica, à luz de exemplos da medicina, da biologia e da botânica, por exemplo, que os campos de saber têm regimes próprios que regem a possibilidade de surgimento de um discurso, legitimável ou não dentro de seus limites. Ademais, a própria categorização das falas sociais dentro de determinados enquadramentos é o que possibilitará seu surgimento e circulação, bem como determinará sua presença no mundo. Nas palavras do autor:

> É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras (Foucault, 1996, p. 35-36).

A relação entre o poder disciplinar (que existe no discurso, mas não exclusivamente em seu interior) e o conceito de dispositivo desenvolvido por Foucault em sua obra também merece menção. O entendimento do autor para dispositivo é amplo: "engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (Foucault, 2001, p. 244). Para ele, o dispositivo reúne recursos e mecanismos tanto explícitos quanto implícitos: "o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos". Os dispositivos, evidentemente, operam sob a lógica do disciplinar e se condicionam ao mesmo tempo que determinam os rumos da discursividade, uma das potentes formas de exercício de poder.

Os dispositivos disciplinares existem como instrumentos de ordenação e operacionalizam o que Patrick Charaudeau (2006), inspirado por Foucault, discute sobre as formações discursivas: determinados conjuntos de sentidos que contribuem para a fixação de rotinas perceptivas e regimes de valores, relações de poder e modos de agir sobre o mundo. Tal visão dialoga diretamente com a ideia, também discutida por Foucault (2001), de que o exercício do poder ocorre a partir dessas formações e das redes de tensão, regulação e controle

institucional e extra-institucional. Há, inclusive, logo no começo da "Microfísica do poder", uma definição do caráter reticular do poder que o atrela à conformação de saberes e discursos, ou seja, uma rede efetivamente simbólica, para além de um instrumento de coerção composto de técnicas de repressão e violência material:

> O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2001, p. 8).

Podemos retornar à discussão sobre o campo do jornalismo e vê-lo em suas condições de emergência, em sua visada disciplinar e, em última análise, sua natureza de dispositivo que reflete e põe em tensão as forças atuantes na sociedade. Como problematizaremos mais à frente na questão da narração de alteridade, o jornalismo existe *para* e *em função do* ordenamento social – e encontra neste sua razão de ser, como agente de um projeto estratégico de coerção e controle que incide sobre as representações da alteridade. Além disso, conforme Freitas e Benetti (2017, p. 19) sugerem, devemos reconhecer que a dimensão discursiva do jornalismo é marcada por uma potencial pluralidade de vozes – além dos próprios jornalistas –, e essa polifonia, "quando ocorre, vai conformar o fenômeno da alteridade no texto jornalístico – pois cada voz que se manifesta é uma possibilidade de perceber a alteridade, levando em consideração a dinâmica que correlaciona o 'eu-sujeito-jornalista/veículo' com os 'outros-sujeitos'". É, portanto, domesticador das experiências de contato com a alteridade na mesma medida em que figura como território que possibilita essas mesmas interlocuções.

Em linha com o que já discutimos quando da análise da linguagem, da representação e da produção da identidade e da alteridade, Mayra Rodrigues Gomes afirma que "não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implica embates e coerções, interdições e exclusões" (Gomes, 2003, p. 45). Na prática, o jornalismo é, como toda produção de linguagem que se efetiva socialmente, discurso: para além de suas funções de fixar representações, organizar a experiência de mundo, conformar sentidos e resguardar direitos de acesso à informação, o campo reflete disciplinas, modos de ver e experimentar a realidade.

> É preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido. (...) Trata-se da estratificação de relações de poder sendo construída e mantida, pois o que caracteriza a discursividade é justamente a determinação de tais relações (Gomes, 2003, p. 41).

Aqui, deparamo-nos com um dilema atinente à especificidade de nosso debate. O que diferenciaria, assim, o jornalismo de outros tipos de relato? A nosso ver, o campo esgarçará ao extremo a discursividade, como parte de seu *ethos* de administração da (pretensa) verdade e dos fatos sociais. A hipótese de trabalho de Gomes (2003; 2009) segue linha semelhante: ao quadricular o espaço simbólico, conferir-lhe certo ordenamento e permitir uma via de acesso às informações consideradas mais importantes para o cotidiano, o jornalismo define arbitrariamente o que pertence à ordem do interesse público e o que é passível de visibilização. Eis, aí, seu caráter de dispositivo disciplinar, validado por uma práxis e pela legitimidade social da profissão. Nas palavras da autora:

> (…) considerando a temporalidade de sua origem, o jornalismo se revela, duplamente, como instrumento de disciplinaridade. Por um lado, ao instalar campos reincidentes, aponta os temas a serem privilegiados, em outras palavras, os temas a que seu público deve dar atenção. Seus relatos anunciam, implicitamente, aquilo que é importante para a vida dos leitores. Ora, o critério de importância, que serve de baliza para a escolha dos fatos a serem enfocados, simula uma inocência que lhe é completamente estrangeira (Gomes, 2009, p. 2).

Em sua análise do legado foucaultiano aos estudos do jornalismo, Gomes traz duas ideias que evidenciam como este se vincula à tarefa disciplinar e à condição de dispositivo. A primeira é o caráter de recorte e seleção do mundo noticiável na produção informativa: segundo a autora, "a seleção por si só coloca o jornalismo numa posição privilegiada na tarefa disciplinar. (…) toda a produção jornalística se constrói em torno do eixo do que é importante, portanto, na visada da disciplinaridade" (Gomes, 2003, p. 84). A questão do visível é central no pensamento da autora, uma vez que "trazer à visibilidade" consiste, obviamente, em "mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível" (Gomes, 2003, p. 102). O outro aspecto mencionado quanto ao dispositivo jornalístico é o caráter de repetição contínua de seu discurso à luz do critério subjetivo da importância:

> É tempo (…) de considerarmos a repetição das temáticas, entre jornais ou no interior de um mesmo, isso que passa como mera constatação da importância dos fatos, no quadro abrangente que as disciplinas compõem. É tempo de vermos essa forma – quer ela se manifeste como frequência ou ressonância – na qual as notícias se evolvem, como operação disciplinar (Gomes, 2003, p. 102).

Três grandes operações, derivadas dessas reflexões, instituem o poder disciplinar no jornalismo, de acordo com Mayra Rodrigues Gomes. A primeira é a *natureza assertiva/autoconfirmativa* da informação narrada: a construção textual do gênero é comumente na terceira pessoa, propondo "discursos assertivos/constatativos, proponentes de um dizer como

informação incontestável", que "pretendem não deixar margem a contrapontos ou mesmo a um diálogo, sendo disciplinares por excelência como efeito de sua forma de construção" (Gomes, 2009, p. 3). O segundo componente é a *palavra de ordem* – conceito abordado pela autora com base nas reflexões de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para Gomes, a informação organizada como texto jornalístico nos parece incontestável, posto que educa, disciplina e controla a vida cotidiana. *O jornalismo é e difunde palavra(s) de ordem ao trabalhar nos domínios do cabível, do visível e do vivível.*

> Por palavra de ordem, como função primeira da linguagem, entende-se que toda fala é sempre indutiva de modos de vida, é sempre uma ordem, ainda que não venha construída com verbos no imperativo. (…) Um quadrículo já é palavra de ordem, pois organiza o que deve ser olhado e permite que os modos de olhar, ou agir, sejam apresentados e reforçados a partir da individuação e classificação efetuadas (Gomes, 2006, p. 178).

O terceiro eixo articulador da disciplinaridade é a *vigilância*: por atuar sob a lógica do mostrar, do exibir, do revelar, quando não do denunciar diretamente, o jornalismo é a realização do projeto de controle da experiência moderna, em que o visível é apresentado nos próprios termos e condições de seu monitoramento – e por isso mesmo seu olhar é afeito ao ato de corroborar (que podemos associar ao já-dito, à repetição, à identidade) e avesso ao redesenhar (que pode ser atrelado aos confrontos, à diferença, ao novo – e à alteridade). "Ao trabalhar desenhando o espaço social, o jornalismo tem fundamentalmente uma função de corroborar. Não é, portanto, de um redesenhar que se trata, embora muitas vezes pareça que, por exercer uma crítica, ou uma vigilância, algo estaria sendo remodelado" (Gomes, 2000, p. 53). Eis a força conservadora que é própria ao discurso jornalístico, e que encontra na vigilância e na identificação dos desvios à norma sua razão de existir na sociedade contemporânea. E que pode ser uma barreira rumo à alteridade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERCURSOS DE ANÁLISE PARA OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A ALTERIDADE

Podemos aferir, até aqui, que o jornalismo é atravessado pelo poder disciplinar, independentemente de gêneros, formatos, mídias ou diferentes materialidades de produção. É dispositivo que disciplina, carrega palavras de ordem; reverbera em seus fazeres sua condição eminentemente discursiva, ao promover recortes e ênfases no olhar sobre o mundo. Tem uma força confirmadora dos mecanismos que regem o controle social e os corrobora, ao operar na seleção e na confirmação do que é visível às audiências. Ao contribuir ativamente para o desenho do espaço social; ao selecionar temas de interesse, angulações e abordagens; e ao

conferir voz aos atores sociais e recortar cenas específicas do mundo, o jornalismo é permeado por um poder disciplinar que se realiza mediante a contaminação progressiva do corpo social pelos sentidos que seu discurso dissemina.

Retornar, aqui, à questão do outro nas mídias e especificamente no jornalismo se configura como ponto de partida, a despeito de nos aproximarmos da conclusão deste texto. Nosso objetivo, junto da proposição da alteridade como ponto nodal do exame do discurso jornalístico, é lançar luz sobre caminhos metodológicos posteriores. De que modo articular (i) o que o estudo do discurso nos aponta sobre controle, coerção, ordenamento e a operação disciplinar, (ii) o que as teorias do jornalismo aventam sobre a marcação dos fatos sociais e a construção social da realidade e (iii) o que as questões da identidade e da representação nos revelam sobre o modo como nos relacionamos com o outro? Nossa perspectiva por ora é a de advogar pela conjunção de tais reflexões na análise estrutural e discursiva das narrativas de informação contemporâneas, entendendo as implicações de seus gêneros e das mídias e linguagens sobre o trabalho de narrar e consumir o outro nas mídias.

Na perspectiva aqui proposta, é preciso ir além da análise de marcos estruturais e percorrer os silenciamentos e cotejar as imagens da alteridade à luz do olhar dos sujeitos representados; cruzar o exame da narrativa jornalística aos processos de subjetivação e às leituras críticas produzidas pelas audiências, inclusive – e talvez sobretudo – os agrupamentos sociais representados no texto. Cabe à narrativa de alteridade do jornalismo promover o que Moscovici (2003) designou, na psicologia social, como as operações de ancoragem, objetivação e rotinização – que figuram nas estruturas narrativas e nos modos de integração do texto informativo às formações discursivas vigentes, reduzindo a não familiaridade. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer a natureza assertiva/autoconfirmativa do relato, a palavra de ordem e a vigilância – apontadas por Gomes (2003; 2009) como evidências do poder disciplinar do jornalismo – e suas incidências sobre a narrativa de alteridade, já que, como vimos, a busca pela autoconfirmação pode produzir barreiras na efetiva compreensão do Outro (aqui, traduzível como algo "novo", inédito, exótico, diferente, distante, que mobiliza tradução). Por fim, a narração de alteridade é especialmente determinante na forma como o jornalismo nos ensina e educa a enxergar o diferente, seja na direção de uma visada instrumental, que converte o diferente em "Isso" (Buber, 2001), seja em um olhar compreensivo que reconhece a singularidade dos sujeitos representados e constrói pontes entre eles e as audiências.

Examinar todas essas operações exige distintas abordagens metodológicas, desde que sempre estejam conjugadas ao reconhecimento das camadas da discursividade adjacentes ao

texto de informação. Por isso nossa opção pela abordagem narratológico-discursiva: a própria operação de produção da alteridade, a um só tempo produzida no âmbito cognitivo, nas relações sociais e no discurso midiático, requer que observemos atentamente a convergência desses três movimentos, como a longa tradição dos estudos culturais já nos ensinou em âmbito mais geral.

Partindo desses lugares e premissas, acreditamos ser possível testar, na materialidade da produção jornalística contemporânea, nosso argumento de que a narrativa de alteridade ocupa lugar central nos compromissos e responsabilidades do campo da informação, ditando seus rumos na contemporaneidade e, de certo, desestabilizando suas bases. Seja nas especialidades mais afeitas à questão do outro – como o jornalismo internacional e as formas da grande reportagem em geral –, seja na cobertura noticiosa cotidiana, acreditamos que o jornalismo é, a partir de sua mitologia fundacional e de seu ethos, dispositivo disciplinar legitimado para atuar na marcação do outro. Fixa-se na Modernidade, atravessa sucessivos momentos de inflexão e chega à contemporaneidade como administrador por excelência da tradução e significação do que nos é cultural ou fisicamente distante e, por isso mesmo, indica os limites, fronteiras, sentidos e lugares a partir dos quais podemos estabelecer contato com a alteridade no mundo sensível.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. ***Poética***. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

BHABHA, H. ***O local da* cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENEDETI, C. A. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.

BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, I. **Dramaturgia do telejornalismo**. 1. ed. Rio de Jan.: Mauad-X, 2012.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs.** Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.

FARO, J. S. Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. **Verso e Reverso**, n.65, 71-77, 2013.

FLUSSER, V. **O mundo codificado:** por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

FREITAS, J. M. M. **Comunicação e psicanálise**. São Paulo: Escuta, 1992.

FREITAS, C.; BENETTI, M. **Alteridade, Outridade e Jornalismo**: do fenômeno à narração do modo de existência. Brazilian Journalism Research, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 10–27, 2017.

GOMES, M. R. **Jornalismo e ciências da linguagem**. SP: Edusp e Hacker Editores, 2000.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.

GOMES, M. R. As representações sociais entre estudos culturais e psicologia social, a psicanálise. **Caligrama**. V.2, nº 3, 2006.

GOMES, M. R. **Comunicação e identificação**: ressonâncias no jornalismo. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

GOMES, M. R. Jornalismo: poder disciplinar. **Revista Kairós**, São Paulo, 2009, v. 1, n. 6.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Guaracira, 2001.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri / PUC Rio, 2016.

LOBATO, J. A. M. **A alteridade na ficção seriada e na grande reportagem.** Um estudo sobre as estratégias de representação do outro na narrativa televisual brasileira. 2017. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.27.2017.tde-31052017-102241.

LEAL, B. Telejornalismo e autenticação do real: Estratégias, espaços e acontecimentos. In: GOMES, I. M. M. (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 298 p.

MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, 2016, v. 4, n. 1, pp. 40-49.

MARTINO, L. M. S. **Epistemologia da alteridade**: entre explicar e compreender outrem. Líbero, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 101-108, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, Vozes, 2003.

SILVA, G. et al. (Orgs.). **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA/Compós, 2011.

SOARES, R.; GOMES, M. R. (Orgs.). **Profissão Repórter em diálogo.** São Paulo: Alameda, 2012.

SODRÉ, M. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade***: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

José Augusto Mendes Lobato
Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM). Doutor em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM-USP, com pesquisa pós-doutoral pelo PPGCOM-UAM. Líder do Grupo de Pesquisa AlterMídia – Laboratório de Estudos em Cultura Audiovisual, Alteridade e Mídias (UAM-CNPq). Mestre em Comunicação e graduado em Jornalismo. Graduando em Ciências Sociais (Licenciatura). E-mail: gutomlobato@gmail.com.

Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional